



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140804 - GO (2021/0001675-3)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : VALMIR FERREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR (PRESO)  
**ADVOGADO** : RONNEY PACIFICO DE OLIVEIRA JUNIOR - GO040363  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por VALMIR FERREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (HC n. 5589023-85.2020.8.09.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente desde 29/9/2020 pela suposta prática do delito de tráfico de drogas.

Sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da prisão cautelar.

Alega que o réu seria usuário de entorpecentes, tendo sido "preso apenas por trocar mensagens com Joseilton, para conseguir adquirir drogas para consumo próprio".

Defende haver excesso de prazo na formação da culpa.

Argumenta que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente